

Sumário

Prefácio à edição brasileira – O velho está morrendo e o novo sempre vem
O rei populista está nu – Bhaskar Sunkara entrevista Nancy Fraser
Sobre a autora

© Autonomia Literária, para a presente edição.

© Nancy Fraser 2019.

Publicado originalmente sob o título de *The old is dying and the new cannot be born*. First published by Verso 2019

Coordenação editorial

Cauê Seignemartin Ameni, Hugo Albuquerque & Manuela Beloni

Tradução

Gabriel Landi Fazzio

Revisão

Lilian Aquino

Capa

Rodrigo Corrêa

Ebook

Rodrigo Corrêa

prefácio à edição brasileira

O velho está morrendo e o novo sempre vem

por Victor Marques¹

Esse pequeno livro é composto de duas partes: a primeira delas, um texto de Nancy Fraser originalmente publicado em 2019 na revista *American Affairs*, sob o título “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além”, a segunda, uma entrevista conduzida com Fraser pelo fundador e editor da revista *Jacobin*, Bhaskar Sunkara. A combinação revela um interessante encontro entre gerações.

Fraser tem feito questão de se referir a si mesma em suas intervenções públicas recentes como uma “sixty-eighter” – isso é, da geração de 68, marcada pela experiência de um período histórico específico e peculiar. Sua postura política e produção teórica carregam traços dessa experiência. Nascida em 1947, passou a infância nos subúrbios afluentes da classe média branca de Baltimore, uma cidade legalmente segregada, e politizou-se por meio do movimento pelos direitos civis. Engajou-se ainda adolescente na luta contra a segregação racial e a partir daí se somou às mobilizações contra a guerra do Vietnã, ao movimento estudantil que ocupava os campi universitários, à agitação anti-imperialista e à nova onda do feminismo.

Foi pelo contato com as lutas que, nos anos 70, no contexto dos debates da Nova Esquerda, Fraser se aproximou da tradição intelectual marxista, em busca de ferramentas teóricas capazes de alimentar e potencializar o enfrentamento prático contra as estruturas de poder e dominação. Conforme os anos 70 avançavam e a temperatura das ruas diminuía, culminando na vitória do projeto neoliberal no começo dos anos 80, a militante foi aos poucos se convertendo em acadêmica. Dedicando-se ao trabalho teórico, no mais das vezes técnico e especializado, Fraser construiu uma bem sucedida carreira universitária em filosofia, ao conjugar a teoria crítica da Escola de Frankfurt com o pragmatismo americano e o pós-estruturalismo francês.

Com o tempo, tornou-se uma intelectual de renome, hoje professora da New School em Nova York, traduzida em vários idiomas e lida em cursos de graduação e pós-graduação em todo mundo. Seu debate com Axel Honneth a partir do final da década de 90 é definidor para o que se convencionou chamar

de a “terceira geração da teoria crítica”. Em seu artigo clássico de 1995, “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma Era pós-socialista” trabalha o par distribuição/reconhecimento como dois fatores constitutivos para uma teoria da justiça integral. Um diagnóstico corrente nesse momento, dominado pelo triunfalismo liberal que se seguiu ao fim da Guerra Fria, era de que nos conflitos de uma época “pós-socialista” a “luta por reconhecimento” estava destinada a se tornar a forma paradigmática de articular as demandas por justiça, e a “identidade” de grupo tenderia a suplantar o “interesse de classe” como motor crucial da mobilização política. Nessa leitura, opressão cultural estaria tomando o lugar da exploração econômica como injustiça fundamental, e o reconhecimento o lugar da redistribuição como objetivo central da luta. A argumentação de Fraser, contudo, frisa que essa tendência era também unilateral, uma vez que as injustiças econômicas e culturais encontram-se frequentemente imbricadas, e se reforçam mutuamente. A conclusão de Fraser, portanto, é que uma boa teoria da justiça exigiria uma reflexão crítica tanto acerca do eixo do reconhecimento, como do eixo da redistribuição, e uma alternativa política emancipatória estaria obrigada a conceituar reconhecimento e igualdade sócio-econômica de maneira a que sustentassem mutuamente, ao invés de colocá-los em conflito.

Hoje Fraser se diz reenergizada pelo novo contexto político, reconectada com seus anos de militância política na juventude. O que a levou de volta a ação engajada, em suas próprias palavras “a se sentir jovem de novo”, é o sentimento de que há um desejo de mudança no ar, uma abertura para novas possibilidades, um momento de turbulência e de oportunidade, onde as pessoas voltam a se interessar por ideias como o socialismo. Inspirada por uma nova audiência ampla de jovens que mostravam curiosidade por seu trabalho e por discussões sobre marxismo, feminismo e ecossocialismo, Fraser escreve em 2019, em coautoria com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, o que chama de sua “primeira peça de agitação em 4 décadas”: o manifesto do Feminismo para os 99%, publicado no Brasil pela editora Boitempo. Em um debate com Bhaskar Sunkara, Fraser comenta que “são tempos emocionantes para se estar viva”.

Bhaskar gosta de dizer que é de um tempo menos interessante, mas há poucas coisas desinteressantes na sua trajetória de vida. Filho mais novo de uma família de imigrantes de Trindade e Tobago, de origem étnica indiana, Bhaskar foi o único dos irmãos a nascer nos Estados Unidos – em 1989, poucos meses antes da queda do muro de Berlim. Se politizou durante a adolescência quase

ao caso, por curiosidade intelectual, lendo sozinho na biblioteca pública do seu bairro literatura marxista. Em 2003 participou das massivas marchas contra a Guerra do Iraque e alguns anos depois se filiou aos Socialistas Democráticos da América (DSA), na época uma pequena organização de uns poucos milhares de membros, cuja idade média passava dos 60 anos.

Bhaskar tinha apenas 21 anos e nenhuma ideia de como editar uma revista, quando, de seu dormitório universitário, concebeu e lançou ao mundo a Jacobin, como uma pequena publicação socialista on-line. Era o fatídico, e longínquo, ano de 2010: o Occupy Wall Street ainda não havia acontecido, Bernie Sanders era um senador um tanto folclórico, mas basicamente desconhecido, do pequeno estado de Vermont, e Donald Trump só um apresentador de reality show com uma pigmentação peculiarmente laranja que havia se envolvido no movimento que questionava a certidão de nascimento do presidente Barack Obama. O movimento socialista era, para todos os efeitos, irrelevante nos Estados Unidos, e a maioria dos comentaristas políticos tidos como respeitáveis estavam tranquilos na convicção de que a história havia mesmo acabado.

Em 2011 – no mesmo ano que estourava as ocupações de praças denunciando a desigualdade econômica, o sistema financeiro e o 1% – como um gesto desesperado para se destacar no campo das publicações de esquerda, a Jacobin passava a se tornar uma revista impressa. A obsessão missionária de Sunkara era fazer com que as ideias socialistas se tornassem novamente relevantes para um público de massas. Tal aventura voluntarista tinha tudo para dar errado. Mas o imponderável aconteceu: a Jacobin não só se tornou um sucesso editorial como ajudou a dar forma ao novo discurso do socialismo democrático que hoje mobiliza uma parcela considerável da juventude da classe trabalhadora norte-americana. De uma origem improvisada e precária, a publicação conseguiu se transformar em uma máquina de guerra profissionalizada a serviço da luta de classes dos de baixo, formando militantes e furando a bolha esquerdista para se tornar uma força política real. E, cada vez mais, internacional. Recentemente, a publicação se espalhou pelo mundo, produzindo novos rebentos: a Tribune Magazine (UK), Jacobin Alemanha, Jacobin Itália, e agora Jacobin Brasil. Muito desse sucesso deve-se à dedicação do próprio Sunkara, e de sua capacidade de articular ideias radicais em uma linguagem acessível, precisa e convincente.

O que chama a atenção na Jacobin é como ela foi capaz de se conectar com uma nova geração política: uma geração que não tendo testemunhado a Guerra

Fria, e muito jovem para ter experimentado a queda do muro de Berlim como um evento político relevante, de repente se viu vivendo no fim do “fim da história”. Uma geração que frente ao colapso espetacular do consenso neoliberal, e ascensão mórbida do populismo reacionário, se vê empurrada a tomar posição política, a se organizar – forçada a não apenas dizer não, mas formular o que afinal de contas quer como alternativa positiva para o futuro. É a geração que enfrentou as políticas de austeridade, que voltou a tomar as ruas, que acampou nas praças, que viu estruturas burocráticas aparentemente sólidas se desmancharem no ar, que em alguns lugares criou novos partidos, e em outros ocupou e tomou para si partidos já existentes.

Há décadas em que nada acontece

A frase “há décadas em que nada acontece, há semanas em que décadas acontecem” é comumente atribuída ao revolucionário e fundador do Partido Social-Democrata Operário Russo Vladimir Ulyanov (aliás, Lenin), embora não seja possível encontrar linhas semelhantes em nenhum dos volumes de suas obras completas. Se Lenin as pronunciou, é provável que tenha se inspirado em uma carta pouco conhecida de Karl Marx a Friedrich Engels, datada de 1863, na qual castigava a pequenez mental dos filisteus que medem a história em cúbitos, notando que para os grandes desenvolvimentos históricos, vinte anos contam por um – muito embora, Marx logo se apressa a complementar, esses possam ser seguidos de dias que valem por 20 anos.

O próprio Marx já havia comentado antes, em uma passagem da Miséria da Filosofia repetida no O Capital, que os economistas tendem facilmente a cair na ilusão de que as instituições burguesas são “naturais”, e, portanto, eternas. Todas as demais instituições seriam “artificiais”, e no curso natural da história tenderiam a ser substituídas pelas instituições “naturais” do capitalismo, para além das quais não se pode ir. Houve história, mas já não há. A naturalização das relações capitalistas e dos arranjos políticos burgueses conduzem os ideólogos e propagandistas da ordem a decretar, com curiosa regularidade, o fim da história. Uma vez que as formas finais da socialização humana foram encontradas, sobraria apenas a tarefa de ajustes marginais ou de extensão territorial, englobando regiões e povos considerados atrasados. Mas da mesma forma que essa ilusão regularmente emerge, é também periodicamente frustrada: a história real é pontuada por insurreições e até revoluções sociais, que evidenciam o fato da historicidade das instituições humanas, e contestam na prática a naturalidade de arranjos que se reivindicavam eternos. Se há um

padrão histórico nos últimos dois séculos é que a história teima sempre em retornar.

Os quase 20 anos que separam a queda da União Soviética da crise financeira global de 2008 oferecem um exemplo lapidar de décadas em que (quase) nada acontece, ao menos no sentido de grandes rupturas históricas. É verdade que mesmo nesse período de relativa pasmaceira experiências políticas inovadoras se fizeram sentir em escala localizada (pensemos nos zapatistas das montanhas de Chiapas e suas juntas de bom governo, ou nos dias de ação global do mal chamado “movimento anti-globalização”), e na América Latina países inteiros passaram por intensas convulsões e mobilizações de massa, que resultaram em verdadeiras mudanças de regime, como foi o caso na Venezuela, na Bolívia e no Equador. Mas mesmo na América Latina do “ciclo de governos progressistas”, em muitos países que chegaram a eleger governos de centro-esquerda, a tendência geral era mais de continuidade do que de descontinuidade – como no caso do Brasil, do Chile e do Uruguai.

Impulsionado pelo que parecia ser a derrota definitiva do movimento socialista, pelo enfraquecimento crônico do trabalho organizado, e, por fim, pela própria adoção dos antigos partidos social-democratas, de origem operária, de políticas econômicas monetaristas e a substituição de programas universais por políticas públicas focadas, formou-se um poderoso consenso em torno da inevitabilidade de adoção das reformas pró-mercado, que envolviam a flexibilização dos direitos trabalhistas, maior liberdade de circulação para os fluxos de capitais, expansão do comércio global e privatização das indústrias e serviços públicos. Daí em diante, os governos seriam julgados e avaliados pelos mercados, adaptando seu próprio funcionamento à lógica da competição, e aceitando que a tarefa fundamental da política é manter “o mercado” contente.

O mantra recorrente, imortalizado pela dama de ferro britânica, Margareth Thatcher, era de que simplesmente “não há alternativa”. A expansão das relações capitalistas, seja extensivamente, por uma outra rodada de acumulação por despossessão, seja colonizando novas esferas da vida, incluindo aquelas que haviam sido antes parcialmente desmercantilizadas pelas conquistas das lutas proletárias, foi acompanhada por uma propaganda triunfalista que anunciava que a empresa privada e a democracia representativa parlamentar eram as formas finais de socialização humana enfim encontradas. Não havia nada melhor disponível, e nunca haverá. Esse é o período histórico dominado por aquilo que o filósofo Mark Fisher irá caracterizar como “realismo capitalista”: é mais fácil agora imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Para

Fisher, o realismo capitalista é uma espécie de “constelação ideológica” marcada pelo esgotamento da imaginação política, por um sentimento dominante de resignação fatalista, e de maneira geral por uma espécie de encurtamento do horizonte temporal e rebaixamento das expectativas políticas. O fim da história significa também o fim da política propriamente dita. Como Tony Blair e o “novo trabalhismo” vão afirmar orgulhosamente, já não há mais política de direita ou de esquerda, apenas políticas que funcionam e políticas que não funcionam. Resta a essa pós-política esvaziada de conteúdo apenas administrar, tecnocraticamente, o novo consenso. O deserto do fim da história é um eterno presente onde as coisas podem até se mover cada vez mais rápido, mas onde nada realmente muda.

Do neo-liberalismo progressista ao momento populista

As vitórias eleitorais da direita neoliberal na década de 1980, aliadas ao aprofundamento da globalização econômica (em particular dos fluxos internacionais de capital financeiro) e o enfraquecimento secular do movimento operário e das organizações sindicais, abriram uma disputa sobre os rumos dos partidos social-democratas, isso é, da esquerda governante, que acabou sendo vencido pelo que se convencionou chamar de “terceira via”, expressão cunhada pelo sociólogo Anthony Giddens, então ideólogo do “novo trabalhismo” de Blair. Os antigos partidos criados pelo movimento operário se apressam em tomar distância de suas origens classistas e abraçam parcelas significativas do programa econômico de seus adversários políticos. Identificados cada vez mais com as classes médias progressistas urbanas, esses partidos aceitam se “modernizar” levando a frente as reformas liberalizantes que os novos tempos supostamente exigem.

Nos Estados Unidos, o equivalente do “Novo Trabalhismo” de Blair foram os “Novos Democratas”, do casal Clinton e seus aliados, bem sucedidos em realinhar o Partido Democrata, afastando-o da coalizão montada com o New Deal de Franklin Delano Roosevelt em direção ao que Nancy Fraser chama de “neoliberalismo progressista”. Trata-se do conceito mais inovador que Nancy Fraser introduz no ensaio, e que, a primeira vista, como logo admite a autora, pode parecer um oxímoro. Foi a forma como Fraser encontrou de batizar a aliança improvável, mas poderosa, entre a ala liberal dos novos movimentos sociais, que emergem com força a partir da década de 60, e os setores mais dinâmicos da nova economia (em particular a grande indústria cultural, as altas

finanças e os gigantes da tecnologia digital, ou simplificada, para dar nomes geográficos: Hollywood, Wall-Street e Vale do Silício). Para Fraser, o neoliberalismo progressista foi capaz de articular uma política econômica regressiva, pró-negócios, com uma política progressista de reconhecimento, valorizando a diversidade e a representatividade, mas ressignificando igualdade como sinônimo de meritocracia.

Segundo Fraser, o neoliberalismo seria, portanto, um projeto econômico que pode se acoplar com diferentes projetos de reconhecimento, e que de fato o acoplamento mais bem-sucedido foi com o progressismo liberal, combinando um programa econômico expropriador – financeirização, endividamento, precarização do trabalho, cortes dos programas sociais, privatizações e desregulamentações, enfraquecimento dos sindicatos e redução dos direitos trabalhistas – com uma política liberal meritocrática de reconhecimento – adornada por um discurso de diversidade, multiculturalismo e empoderamento. A missão professada por essa esquerda reformada passa a ser construir, como brincaram os críticos, algo como um “neoliberalismo com rosto humano”, empenhando-se na institucionalização de uma sistema de governança global, com arranjos multilaterais capazes de garantir crescimento econômico, estabilidade e segurança para os investidores – uma nova aldeia global baseada nos direitos humanos e no livre mercado.

A tática de reformulação eleitoral abraçada pela centro-esquerda foi, portanto, se desconectar das bases sindicais e das promessas de segurança social e conciliação de classes do pós-guerra, para se apresentarem como partidos das classes médias profissionais, vibrantes, modernos e cosmopolitas, na aposta de que a antiga base continuaria fiel ao voto, porque não teria outro lugar para ir. Foi assim que progressismo e neoliberalismo puderam formar o que Fraser chama de uma nova “aliança governante”. O jogo dessa centro-esquerda integrada a nova ordem das coisas passou cada vez mais a apresentar-se como cosmopolita, multicultural, politicamente correta, inovadora, conectada à franja mais dinâmica e avançada da sociedade – em contraste com a antiga classe operária fabril e os trabalhadores manuais das regiões pós-industriais (deixadas para trás na marcha da modernização globalizante), vistos como paroquiais, atrasados e incultos.

Sob o domínio do realismo capitalista o próprio eixo esquerda-direita foi reinterpretado: a disputa capital-trabalho passa a ser lida como obsoleta, fora de moda, e a distinção ideológica fundamental passa a girar em torno das disputas por reconhecimento – a política é relida não mais pela ótica do antagonismo de

classe, mas pelo antagonismo entre identidades culturais. Essa divergência em termo de “guerra culturais” não impede um acordo comum fundamental quanto à economia política: um programa econômico que pode ser emendado aqui e ali ao sabor das sensibilidades sociais do partido governante da vez, mas que é, em suas linhas gerais, aceito como estabelecido de uma vez por todas.

A consequência é que os partidos se aproximam do centro, e as eleições se tornam em boa medida irrelevantes. Afinal, se a história acabou, já não se deve mais esperar muito mesmo da política. O jornalista Thomas Friedman afirmava entusiasmadamente no final da década de 90 que a globalização era uma “camisa de força de ouro”, e duas coisas acontecem quando você a aceita: sua economia cresce, e sua política encolhe. A economia pode não ter crescido muito, mas a política, ou no mínimo o horizonte de expectativas político, de fato encolheu: os partidos perderam filiados, e se tornaram cascas tecnocráticas vazias, atraindo carreiristas e afastando militantes, a abstenção aumentou, e boa parte dos setores mais pobres da classe trabalhadora chegou a conclusão que votar não valia a pena – no fim da história, os partidos e os políticos são todos iguais.

E, no entanto, esse pacto abrangente encontra-se agora em contestação, ou ao menos não goza mais da confiança instintiva que podia exibir há pouco tempo. As raízes desse desgaste podem ser rastreadas até a crise financeira do final dos anos 2000, mas se expressa nas urnas como um realinhamento político em escala internacional apenas a partir de 2015. É a crise de 2007/2008 que marca o início do fim do consenso neoliberal e a abertura para a época de sua contestação, ou que poderíamos chamar, seguindo a filósofa Chantal Mouffe, de um “momento populista”.² Para Mouffe, estaríamos testemunhando, ao menos em algumas regiões geográficas do globo, uma crise da “formação hegemônica neoliberal”, o que poderia abrir a possibilidade para a construção de uma ordem democrática. A crise financeira global de 2008 trouxe à superfície todas as contradições do modelo neoliberal, e abriu espaço para que a formação hegemônica neoliberal fosse abertamente contestada – por movimentos anti-establishment tanto à esquerda (o Occupy Wall Street e os Indignados espanhóis, por exemplo) quanto à direita (o Tea Party nos Estados Unidos, as manifestações da extrema-direita na Europa continental). Em um livro abertamente militante, e recentemente publicado no Brasil pela editora Autonomia Literária, Mouffe nos convida a intervir na “crise hegemônica”, e propõe o “populismo de esquerda” como uma estratégia discursiva para estabelecer uma fronteira política contrapondo o povo (construído por meio de

uma cadeia de equivalência articulando uma pluralidade de demandas contra diferentes formas de opressão) e a oligarquia (definido como o 1% da pirâmide econômica, que abocanharam desproporcionalmente os ganhos da financeirização e da globalização neoliberal). O nosso atual momento populista seria, portanto, uma expressão da crise hegemônica da formação neoliberal. Remetendo à conhecida passagem de Antonio Gramsci, o diagnóstico de Mouffe é o de que crise econômica levou à condensação de uma série de contradições, dando origem a um interregno: o consenso anterior é contestado, mas uma solução a crise ainda não é visível.

O título do livro de Nancy Fraser remete precisamente a essa mesma passagem: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”. Escrita originalmente em algum momento do final da década de 20 e começo da década de 30, nos cárceres do regime fascista italiano, nos últimos meses a frase tem reaparecido em todos os lugares, de memes da internet a títulos de artigos tanto jornalísticos quanto acadêmicos. Sua súbita popularidade reflete um sentimento difuso, mas ubíquo – tanto no Brasil quanto no mundo – de que algo acabou, com poucas certezas, no entanto, do que vem pela frente. Nesse claro-escuro, os fenômenos mórbidos abundam: de Trump ao recrudescimento da direita populista na Europa, passando pelas nossas próprias monstruosidades locais.

Não por acaso, é dessa mesma passagem que vem a inspiração para o título do livro da socióloga e comunicadora Sabrina Fernandes³, no qual ela analisa a conjuntura política brasileira, em particular a partir de 2013, com ênfase na fragmentação da esquerda. Para Fernandes, a frase de Gramsci ganha notoriedade recente devido a aplicabilidade do aparelho conceitual gramsciano “para analisar crises de autoridade sob o capitalismo em todo o mundo”. Para Fernandes, a crise orgânica decorre da perda de autoridade de instituições e partidos estabelecidos – onde o consentimento falha, eclode a crise de hegemonia. E é essa crise que está na base da instabilidade e do realinhamento político-eleitoral em curso em escala global.

Gramsci estava certamente pensando na crise de hegemonia que se abriu na Itália com consequência da primeira guerra mundial, e desaguou na ascensão de Benito Mussolini ao poder e a formação do Estado fascista – um momento de crise que se espalhou depois por toda a Europa com a agudização da crise econômica no final da década de 20 e começo da década de 30. Mas talvez a mais célebre análise de um momento de crise de hegemonia é a que o próprio

Marx nos legou em seu 18 de Brumário, o texto que inaugura a análise de conjuntura como gênero literário e no qual traça a história das jornadas de junho operárias de 1948 até a consolidação da ditadura de Luis Bonaparte. Marx pretende demonstrar como “a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói”.

Ralph Milliband, intelectual marxista associado à Nova Esquerda, escrevendo em outro período de crise de hegemonia, às vésperas da ascensão do populismo autoritário de Margareth Thatcher, observava que embora a luta de classes seja uma característica permanente de toda a sociedade de classes, ela pode assumir uma grande variedade de formas a depender do período histórico e das condições nacionais específicas. A luta de classes deve ser vista no contexto mais amplo da hegemonia. Em períodos normais, de hegemonia assegurada, a luta de classes será uma parte normal da política, administrada pelas vias institucionais estabelecidas, e mediada pelo partidos da ordem será facilmente absorvida como parte da operação cotidiana do arranjo social. Nesse caso, as classes dominantes não precisarão de “salvadores da pátria”. Mas é justamente nos momentos em que a hegemonia não está tão solidamente assegurada – em momentos como diz Gramsci “que massas antes passivas entram em movimento”, que “se destacam das ideologias tradicionais” e “não acreditam mais no que antes acreditavam” – que a ação política e a intervenção acidental de grupos ou indivíduos ganham mais importância. Quando grandes parcelas da população se deslocam de suas fidelidades tradicionais e se convencem que alguma coisa precisa mudar o papel do acaso e da contingência adquirem considerável impacto histórico. Nas palavras de Milliband, há uma relação inversa entre hegemonia e contingência – quanto menos efetiva é a primeira, mais significativa é a segunda. As crises de hegemonia abrem “oportunidades estruturais” nas quais a agência e a contingência exercem impacto significativo no curso dos eventos.

Tal conceitualização nos ajuda a entender porque períodos históricos marcados por crises de hegemonia, podendo dar origem ao que Mouffe chama de “momento populista”, são também caracterizados pela agudização das disputas, aumento da imprevisibilidade e instabilidade política, polarizações e incertezas. No interregno a histórica parece se acelerar e ganhar traços mais dramáticos: velhas fidelidades são rompidas, novas alianças feitas, eventos aleatórios podem alterar a dinâmica dos acontecimentos, novos atores aparecem

enquanto outros saem de cena repentinamente, reviravoltas se tornam frequentes, com vitórias certas se transformando rapidamente em derrotas.

Brecha hegemônica e realinhamento político

Compreender a natureza da crise nos oferece um mapa cognitivo de um terreno em mutação. E aqui a metáfora do mapa é relevante: se há um movimento subterrâneo da tectônica social, quem se apegar aos velhos mapas errará sistematicamente o alvo. Os sinais de que as placas tectônicas estão se movendo são claros. Em todo mundo o sistema partidário está sendo refeito, em uma intensidade e extensão que não se via desde a década de 80. Novos partidos, criados há poucos anos, chegam ao poder, e antigos partidos estabelecidos vêem sua votação declinar, ou são radicalmente refeitos por dentro. O realinhamento político adquire variadas expressões: o Podemos, criado em 2014, chega à vice-presidência espanhola em 2020 após 4 eleições gerais em 4 anos; o PASOK grego vira pó em 2015, dando origem ao termo “pasokização” para se referir ao colapso do partido social-democrata que aplica políticas de austeridade, dando lugar à ascensão meteórica da Frente da Esquerda Radical (SYRIZA), que por sua vez logo entra em declínio no governo; o Partido Trabalhista inglês é realinhado a esquerda, tem seu maior incremento eleitoral desde 1945, para dois anos depois sofrer uma derrota histórica frente a um Partido Conservador também realinhado para abraçar o Brexit; na Itália, em 2018, o Movimento 5 Estrelas se torna o maior partido, e forma governo com a antiga Liga Norte, convertida por Salvini de um partido regional e separatista a populista de direita, enquanto o Partido Democrático perde metade do seu eleitorado em uma década. Os exemplos se multiplicam no mundo, e cada semana parece trazer uma nova reviravolta.

Talvez o principal realinhamento seja justamente o caso no qual Nancy Fraser se debruça: os conflitos internos que vêm transformando por dentro os dois grandes partidos dos Estados Unidos. Em 2016, o Partido Republicano foi vítima do que se poderia caracterizar, sem exageros, de uma “aquisição corporativa hostil”: o candidato que era um corpo estranho, literalmente um outsider, vindo do mundo dos negócios e dos reality shows de TV, derrotou sucessivamente todas as alternativas do establishment republicano, e ganhou as primárias apelando diretamente para as bases, contra a máquina partidária. Ao levar as primárias, e depois a presidência, Donald Trump trouxe ao Partido Republicano elementos em tensão com o programa de globalização neoliberal clássico, prometendo rever acordos multilaterais de livre-comércio, aumentando